



VII CONGRESO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS DEL TRABAJO
El Trabajo en el Siglo XXI. Cambios, impactos y perspectivas

Número e Título do GT:

GT 05 – “Trabalho de Cuidado”

Título do trabalho:

**“SOBRE LIDES E CUIDADOS DOMÉSTICOS ENTRE HOMENS GAYS:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM ACÓRDÃOS JUDICIAIS”**

Nome:

Rosa Maria Rodrigues de Oliveira

Filiação institucional:

**Departamento de Ciência Política - Universidade Estadual de Campinas –
UNICAMP (pesquisadora colaboradora – pós-doc)**

Titulação:

**Doutora em Estudos de Gênero – Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas
(UFSC)**

SOBRE LIDES E CUIDADOS DOMÉSTICOS ENTRE HOMENS GAYS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM ACÓRDÃOS JUDICIAIS

Rosa Maria Rodrigues de Oliveira (UNICAMP)¹

RESUMO

Em pesquisa de campo sobre decisões de tribunais brasileiros no tema das conjugalidades homoeróticas, identifica-se a negação do engajamento em lides e cuidados domésticos por homens gays vivendo em relações amorosas estáveis como prova das mesmas, pela existência de uma maioria destes sujeitos derrotados em grau de recurso ao buscar garantir direitos sucessórios, partilha de bens em separações, pensões por morte e outros benefícios previdenciários e assistenciais. Surgem tópicos teóricos sobre as representações sociais acerca do trabalho doméstico executado por casais de gays no campo dos estudos de gênero sobre o cuidado (ou *care*), ou sobre a condição de sujeitos cujas “lides domésticas” e os cuidados que as envolvem por estarem expostos ao enquadramento legal em uma “posição de subalternidade”, quando se analisa a *contribuição direta ou indireta* para a formação do patrimônio do casal. Ressurge ainda o tema das identidades de gênero e produção de “subjetividades marginais” pelos discursos jurídicos acerca da sexualidade.

Palavras-Chave: casais gays; cuidado; trabalho doméstico; direitos; gênero

¹ Bolsista FAPESP (Pós-Doutorado) Email: rosamro@unicamp.br, rosa.mroliveira@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO

Entre 2005 e 2008 (OLIVEIRA, 2009) realizei pesquisa de campo² sobre o reconhecimento de conjugalidades homoeróticas em recursos judiciais apreciados por quatro Tribunais de Justiça brasileiros (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul)³, tomando como fundamento teórico os estudos de gênero, a teoria crítica do direito e a antropologia feminista sobre parentesco para analisar as posições jurídicas e políticas sobre casamento, família e sua conjugação com as representações sociais sobre o homoerotismo presentes nestes discursos. Parti de campo composto pela análise de 185 acórdãos judiciais em interlocução com 25 desembargadores entrevistados nesses locais. Há uma atualização nos quatro Estados pesquisados em andamento, por meio da qual identifiquei, até outubro de 2009, um quantitativo de 354 acórdãos em todo país. Destes, 278 ainda concentravam-se nos quatro Estados eleitos para o campo, confirmando a mesma prevalência nestes locais.

Os recursos judiciais envolvendo processos de *inventário*⁴ compõem majoritariamente o campo documental encontrado. Tomando o total de acórdãos judiciais analisados até 2008, 45% (83 recursos) diziam respeito a processos de inventário na origem, distribuídos nos quatro Estados que compõem o campo. Dentre estes, é possível identificar que há uma ampla maioria de gays litigando em inventários, correspondentes a 86% do total (72 acórdãos). Esta mesma prevalência é acompanhada nas demais tipologias de recurso que identifiquei na pesquisa documental. (OLIVEIRA, 2009:135)

Ainda, entre outubro de 2009 e maio de 2012, registra-se um incremento de cerca de 50% no total de acórdãos apenas no Estado de São Paulo, conforme dados que se encontram sob análise. Neste Estado, contudo, já identifica-se que as demandas por *pensões por morte* perante órgãos públicos foram as mais frequentes, recordando contudo o dado deve ser observado considerando-se que há um grande número de recursos em São Paulo sob a proteção do *segredo de justiça* – o que não descarta a possibilidade de um índice significativo de inventários. Seguem-se as demandas por dissolução de sociedade de fato

² Pesquisa financiada pelo CNPq, bolsa estudos em nível de doutorado. Orientadoras: Profa. Miriam Grossi e Luzinete Minella.

³ Trata-se aqui de decisões anteriores a maio de 2011. Utilizo a expressão “homoerotismo” (FREIRE COSTA, 1992: 21) e a combino com a noção de “conjugalidade” (HEILBORN, 2004), a fim de me referir às práticas amorosas, sexuais e conjugais mantidas pelos casais de gays e lésbicas.

⁴ A sucessão é aberta com a morte, e o processo de inventário é o mecanismo judicial (ou mais recentemente, em processos onde não há controvérsia, cartorial) utilizado para que a partilha de bens seja realizada.

ou reconhecimento de união estável entre parceiros vivos, cuja maioria de gays é observada, e onde a colaboração *direta ou indireta* do sujeito empenhado em trabalho doméstico para a formação do patrimônio é também discutida.

Quanto a este aspecto do campo é importante destacar que as decisões envolvendo parceiros do mesmo sexo em sua maioria reconheciam até 2011 a possibilidade da *sociedade de fato* e não da *união estável*, e permaneciam em sua maioria ligadas à exigência de prova na contribuição econômica comum entre as partes – a chamada “*tese da colaboração direta*”⁵ – enquanto a controvérsia era menor quando envolvia parceiros do sexo oposto, quando a “*tese da colaboração indireta*”⁶ - valorizando o trabalho doméstico como produtivo – era a mais bem aceita.

A partir da decisão do Supremo Tribunal Federal tomada em maio de 2011 reconhecendo a possibilidade de equiparação de direitos com casais de heterossexuais, foi consolidada a posição que reconhece a existência de união estável entre casais de pessoas do mesmo sexo, para que vejam suas uniões convertidas em casamento civil.

A tese da colaboração indireta, neste contexto, foi então a vencedora. Permanece atual a discussão, contudo, com relação a pessoas que não se beneficiaram diretamente desta posição jurisprudencial, e também porque a mesma representa uma controvérsia importante com relação aos setores fundamentalistas cristãos do Congresso Nacional, que ingressaram no mês de junho de 2011 com um Projeto de Decreto Legislativo (PDC 224/2011) objetivando sustar “a decisão do Supremo Tribunal Federal proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, que reconhece a estabilidade da união homoafetiva, anulando-se todos os atos dela decorrentes”.

O tema das formas de agência sobre o trabalho doméstico e a maneira como são consideradas juridicamente as questões relacionadas ao cuidado (com doentes de HIV/AIDS, por exemplo) em conjugalidades homoeróticas, ainda, é um pouco mais amplo e permanece presente. A discussão sobre seu valor econômico, concretizada nas controvérsias técnicas sobre a “*teoria da colaboração indireta ou direta*” aparece ligada não só à questão de gênero, mas também às posições controversas sobre os requisitos

⁵ Segundo a qual, a partir do entendimento da Súmula 380 do STF, só se comprova a sociedade de fato para partilha a partir de comprovação de participação econômica na formação do patrimônio.

⁶ Pela qual o trabalho doméstico pode ser aceito como produtivo para que se faça a partilha dos bens nos casos de sociedade de fato.

para consideração de uma “verdadeira” família, de um “verdadeiro” casal, para o qual a diversidade de sexos é tomada como referência.

Demonstra-se com isso a pertinência em aprofundar uma análise de campo ao pensar na posição de homens que se engajaram em lides domésticas durante todo o tempo em que conviveram com seus companheiros. Essa atividade foi, em muitos dos relatos encontrados nos acórdãos judiciais estudados, desconsiderada de um ponto de vista social e econômico, no momento do litígio com os parentes do falecido, pois não era reconhecida como contribuição indireta para a formação do patrimônio do casal. É preciso notar que as mulheres heterossexuais, a partir da legislação do divórcio datada dos anos 1960 e da Constituição da República de 1988, passaram a ver sua contribuição indireta para a formação do patrimônio reconhecida definitivamente, a partir do conceito de união estável, o que não atinge facilmente os homossexuais até a atualidade, uma vez que a legislação ainda não acompanhou a evolução demonstrada pelas decisões judiciais. A partir destes aspectos, e considerando os estudos em torno do tema do trabalho doméstico e suas interseccionalidades com os marcadores sociais de sexualidade e identidades de gênero, faz sentido buscar identificar as representações presentes nos recursos judiciais acerca do tema, analisando, por exemplo, até que ponto o denominado “contexto igualitário” (HEILBORN, 2004; COURDURIÈS, 2006) impacta ou não as decisões judiciais sobre as vidas dos casais de homens gays que passaram por processos judiciais envolvendo suas relações de conjugalidade.

Danièle Kergoat (2000), observa que a noção de *divisão sexual do trabalho* “empurraria” o gênero em direção ao sexo biológico, de modo a resumir as práticas sociais a “*papéis sociais sexuais, os quais remetem ao destino natural da espécie*”. Os pressupostos que organizariam a divisão sexual do trabalho seriam aplicados segundo a ideologia naturalista, remetendo à separação sexual do trabalho e à hierarquização entre os sexos. Contudo, a teorização *en termes de division sexuelle du travail dit que les pratiques sexuelles sont des constructions sociales, elles-mêmes le résultat de relations sociales. Par conséquent, [...] la division sexuelle du travail n'est pas donné un dur et inaltérable.*”⁷ (KERGOAT, 2000)

⁷ “[...] a teorização em termos de divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuais são construções sociais, elas próprias resultado de relações sociais. Portanto, [...] a divisão sexual do trabalho não é um dado rígido e imutável”. (trad. livre)

Beatriz Preciado (2004) vai além, considerando o conceito de gênero como um “artefato”, um instrumento de dominação poderoso representado na medicina, que será utilizado pelas teorias de gênero, e como tal, ela os compreende no mesmo quadro das maleabilidades dos textos e dos conceitos, variáveis a depender do contexto e de suas estratégias. Um argumento que atinge as análises marxistas e seus conceitos, que Preciado irá considerar que “não funcionam” para os ativistas gays, lésbicas, transexuais e transgêneros. A teoria *queer* é situada na posição crítica em relação aos conceitos fundadores do marxismo, em suas palavras, “*que en el fondo tampoco son tan distintos de los conceptos de la modernidad a los que el marxismo pretende atacar. Son conceptos como los de formación del sujeto a través del trabajo, de distribución objeto-sujeto, de división sexual del trabajo*”. A autora pensa que falar em divisão sexual do trabalho supõe acreditar em categorias biológicas, voltadas a uma totalidade corporal dicotomizada no “homem” e na “mulher”. (PRECIADO, 2004: 03-06, *passim*).

Despontam para esta análise ainda as contemporâneas discussões feministas em torno do cuidado ou *care*, termos definidos por Helena Hirata e Nadya Araujo Guimarães (2012) como *polissêmicos*, uma vez que “cuidar do outro, preocupar-se, estar atento às suas necessidades, todos esses diferentes significados, relacionados tanto à atitude quanto à ação, estão presentes na definição de *care*.” (HIRATA e GUIMARÃES (org), 2012: 01)

Bila Sorj e Adriana Fontes (2012) destacam ainda a forte influência do tema do *care* na agenda política e acadêmica em nível global, recordando que “como categoria de análise”, o mesmo “emerge no debate acadêmico nos anos 1980 e 1990 e amplia as dimensões a serem consideradas na definição de bem-estar das pessoas, notadamente, das mulheres.” (SORJ e FONTES, 2012, In: HIRATA e GUIMARÃES (org) 2012: 103)

Ao pensarmos em homens gays exercendo as atividades do *care* em suas conjugalidades, podemos ampliar estas reflexões, que aliadas ao reconhecimento dos “pânicos morais” (COHEN, 2002) em relação ao imaginário envolvido na tomada de decisões judiciais sobre família podem contribuir para a compreensão da resistência em relação ao reconhecimento jurídico da contribuição indireta ao patrimônio gerada pelo trabalho doméstico dos mesmos por parte de boa parcela da resposta do Estado no Brasil contemporâneo, sem ainda levar em conta a postura restritiva do Poder Legislativo quanto à concessão de direitos afirmada pelo Supremo Tribunal Federal recentemente.

Lista Bibliográfica Básica

- COHEN, Stanley. "Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers" 3rd Ed. London/NY: Routledge, 2002
- COSTA, Jurandir Freire. "A Inocência e o Vício – estudos sobre o homoerotismo". Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992
- COURDURIÈS, Jérôme. "Les Couples gays et la norme d'égalité conjugale". In. : Ethnologie Française - « Les Sports à risque », Paris : Vol. XXXVI, 4, p. 705-11, 2006. Disponível em <http://www.cairn.info/revue-ethnologie-francaise-2006-4.htm>, Acesso em 04/11/2008
- HEILBORN, Maria Luiza. "Dois é par: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário". Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2004
- HIRATA, Helena e GUIMARÃES, Nadya Araujo (org.) "Cuidado e Cuidadoras: As várias faces do Trabalho e do Care". São Paulo: Atlas, 2012
- KERGOAT, Danièle. "Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe". In: Hirata, Helena et ali. (org) *Dictionnaire critique du féminisme*, Ed. Presses Universitaires de France. Paris, 2000. Disponível em: <<http://www.santosbancarios.com.br/mulheres/A%20Divis%20Sexual%20do%20T>> Acesso em: 28 Nov. 2008
- OLIVEIRA, Rosa Maria R. de. "Isto é contra a natureza? Decisões e discursos sobre conjugalidades homoeróticas em tribunais brasileiros". Florianópolis, 256 f., tese, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- PRECIADO, Beatriz. "Conversaciones en torno a la Teoría Queer (Entrevista con Beatriz Preciado)". Tenerife, Islas Canarias: Entrevista a José Luis Castilla, jul/2004. Disponível em: http://caosmosis.acracia.net/wp2pdf/texto_de_caosmosis.pdf. Acesso em 25/01/2011
- SORJ, Bila e FONTES, Adriana. "O *care* como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social". In.: HIRATA, Helena e GUIMARÃES, Nadya Araujo (org.) "Cuidado e Cuidadoras: As várias faces do Trabalho e do Care". São Paulo: Atlas, 2012, p. 103-116